

Aves ou suínos?

O Chile na região Indo-Pacífico*

PABLO MACCHIAVELLO POBLETE

Discorrer sobre a região Indo-Pacífico da perspectiva do Sul Global traz um desafio particular, principalmente para os acadêmicos chilenos que buscam entender o papel que o Chile desempenha como parte interessada na região. Para esclarecer esse desafio, uma analogia relacionada ao café da manhã pode ser útil, embora seja possível que parte do significado da expressão seja perdido na tradução.

O café da manhã, conhecido como a refeição mais importante do dia desde uma descoberta revolucionária nos anos 1920, inclui combinações de comidas que são inseparáveis na nossa imaginação, como manteiga de amendoim e geleia, biscoitos e molho, ou panquecas e xarope. Nas famílias americanas, a combinação matinal favorita geralmente consiste em ovos e bacon, que, segundo as pesquisas, trazem benefícios consideráveis para a saúde, incluindo uma maior capacidade de foco e um melhor desempenho das crianças na escola. A preparação do prato exige interação com as aves e os suínos.

Nesse contexto, as aves representam o envolvimento, contribuindo com ovos graças ao tempo e aos esforços que elas dedicam, e alguns recursos para o preparo do café da manhã. Já o porco representa o compromisso, pois ele se sacrifica para fornecer a carne para a refeição. No contexto da competição pelo grande poder, todos os países buscam ativamente participar dos benefícios oferecidos (chamados de café da manhã) pela dinâmica da região Indo-Pacífico, aplicando esta analogia. Ao avaliar a posição do Chile na região Indo-Pacífico, torna-se crucial determinar se o Chile está meramente envolvido, como as aves, ou genuinamente comprometido, incorporando o papel do porco.

Explorando essa estrutura metafórica, podemos entender melhor a necessidade de discernir o nível de envolvimento ou compromisso do Chile na região Indo-Pacífico. Isso nos leva à pergunta sobre o alinhamento do papel do Chile na região à contribuição limitada das aves ou ao sacrifício total do porco. O Chile precisa avaliar as respostas a essa pergunta por conta própria, enxergando além da

*Co-publicado em inglês, espanhol e português em colaboração com o USAF Journal of Indo-Pacific Affairs.

narrativa, avaliando suas ações na esfera internacional e imaginando possibilidades para o futuro.

Perspectivas históricas dos espaços oceânicos e das dinâmicas de poder

A região Indo-Pacífico passou por transformações significativas desde o início do século 21. Ela não se define mais por sua posição geográfica em relação ao Oceano Pacífico, mas por sua capacidade de exercer influência na vasta área que vai de Bab el-Mandeb ao Canal do Panamá. Essa mudança de foco traz um desafio quando se tenta compreender a dinâmica atual no Oceano Pacífico da perspectiva do Sul Global.

Em toda a história, a consolidação e a transformação do poder entre os Estados desempenharam um papel crucial nas mudanças políticas internacionais. Como observou Robert Gilpin, “o fator mais importante do processo de mudanças políticas internacionais é o crescimento diferenciado ou desigual do poder entre os Estados”.¹ Os espaços oceânicos aparecem com consistência nas políticas externas das nações, como evidenciado pelos registros históricos de conflitos. A análise feita por Tucídides sobre a “Guerra do Peloponeso” revela que ações decisivas muitas vezes eram tomadas no mar,² e ideias semelhantes eram apoiadas por personagens como Plutarco e Xenofonte, que descreveram a consolidação do poder hegemônico de Esparta através da visão marítima.³

Levando-se em consideração esse pano de fundo histórico, surge a pergunta: que novos *insights* podem ser obtidos para as relações internacionais do século 21? Um possível ponto de início é a visita crucial do presidente Nixon à China em 1972, que marcou a reintegração da República Popular da China ao sistema internacional.⁴ Esse evento desencadeou o crescimento contínuo e sustentado da China, além de catalisar um salto inesperado à frente para um grupo de países asiáticos, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), remoldando o eixo das relações internacionais de uma lógica transatlântica para uma transpacífica. Consequentemente, toda uma nova perspectiva das relações internacionais para o século 21.⁵ No mundo de hoje, a globalização, o comércio internacional e a tecnologia, entre outros fatores, recolocaram o foco nas linhas de comunicações marítimas (SLOC, na sigla em inglês) como as bases da prosperidade, com o Oceano Pacífico emergindo como o principal espaço disputado. As grandes potências concentram-se no Oceano Pacífico de forma ativa e informal, expandindo a concorrência para o Oceano Índico, o que levanta receios por parte dos Estados litorâneos em relação à trajetória futura.

A conjunção de fenômenos observada atualmente nos espaços marítimos não tem uma designação específica, por mais que os acadêmicos a tentem explicar. A falta de consenso sobre o assunto é evidente, sendo que essa área de interesse é conhecida por vários nomes, dependendo do indivíduo e suas origens. Os outros nomes incluem Círculo do Pacífico, região Ásia-Pacífico, Ásia Indo-Pacífica, região Indo-Pacífico ocidental e várias outras designações, mas o entendimento do fenômeno em evolução continua sendo um tema de debate e investigação contínuos. Apesar da tradição de longa data do Chile de usar o termo *Pacífico* para descrever seu envolvimento, a complexidade do cenário atual exige ir além de uma mera descrição geográfica da área de interesse.

A geografia delinea fronteiras explícitas que determinam os nomes, países, continentes e lugares, estabelecendo-os como áreas de estudo homogêneas. As divisões geralmente são baseadas em características físicas que auxiliaram as civilizações na divisão territorial, levando em consideração fatores climáticos e sociais.⁶ Da mesma forma, a divisão dos oceanos incorpora pontos terrestres físicos, como o Cabo Horn, Malaca, Panamá, Sunda e o Estreito de Ormuz, que moldam as regiões dos Oceanos Índico e Pacífico. Para propiciar a coleta e manutenção de dados, os especialistas classificaram os espaços marítimos em 12 ecorregiões marítimas, definidas por condições marítimas homogêneas, como perfil batimográfico, salinidade, endemismo dos peixes e distribuição da vida marinha.⁷

Ao examinar a região Indo-Pacífico, os biólogos marinhos excluem o continente americano como uma unidade de estudo ou parte interessada da região. No entanto, em relação aos fenômenos multidisciplinares e simultâneos que ocorrem nos espaços marítimos transpacíficos, diferentes conceitos surgiram com base nos interesses particulares dos atores envolvidos. A geopolítica crítica, um ramo divergente da geopolítica, introduziu a ideia de espaços e poder a partir de uma epistemologia construtivista no fim dos anos 70.⁸ Cinquenta anos antes, a República de Weimar da Alemanha realizou estrategicamente a integração dos litorais asiáticos dos Oceanos Pacífico e Índico, combinando oceanografia, etnografia e filologia como forma de permitir que a Alemanha aumentasse seu poder nacional e desafiase a posição geopolítica do Império Britânico na região.⁹ O objetivo disso era fomentar a conscientização política no sentido de resistir às colônias britânicas, americanas e da Europa Ocidental, vislumbrando a independência da Índia e a transição da China para uma república.¹⁰

No período entre guerras, o Japão adotou o conceito da região Indo-Pacífico na tentativa de concretizar sua visão do *Lebensraum*, o que acabou levando à invasão japonesa das Filipinas, China e Sudeste Asiático. Em 1998, a França tomou uma ação estratégica, promovendo laços mais fortes com a Índia devido ao interesse compartilhado na região Indo-Pacífico. A França considera-se parte da região Indo-

Pacífico em decorrência de sua história com os territórios ultramarinos, da mobilização permanente de mais de 8 mil soldados, diplomacia naval ativa e uma das maiores zonas econômicas exclusivas do mundo, atribuída à Polinésia Francesa.¹¹

O termo *Indo-Pacífico* foi adotado na Austrália em 2005 e, posteriormente, pelo Japão em 2007, passando o foco por trás do conceito da economia para a segurança.¹² A Índia foi o primeiro país a institucionalizar o termo em um artigo publicado pelo Instituto de Estudos e Análises de Defesa no começo de 2007, em colaboração com o grupo de estudo patrocinado pelo Estado japonês, o Instituto Japonês de Assuntos Internacionais (JIIA).¹³ Os Estados Unidos também entraram na discussão quando Hillary Clinton, que era secretária de Estado à época, fez uma declaração memorável à imprensa. Em um artigo publicado na revista *Foreign Policy* em 2011, Clinton argumentou que, assim como os Estados Unidos haviam investido nos laços transatlânticos no século 20, agora era essencial que os EUA participassem de uma rede transpacífica, enfatizando a interligação entre o futuro dos Estados Unidos e o da região Ásia-Pacífico.¹⁴

A Austrália também enfatizou a importância da região Indo-Pacífico em um *white paper* de 2013, ampliando o conceito na versão publicada em 2016.¹⁵ Desde então, o termo tem sido amplamente adotado por jornalistas, pesquisadores acadêmicos, políticos, economistas e militares para compreender e explicar os diversos fenômenos que ocorrem nesses espaços marítimos. Mais de 40 países formularam estratégias individuais para a região Indo-Pacífico, cada uma delas elaborada de acordo com seus próprios interesses. Essas estratégias variam bastante, sendo que alguns países caracterizam a região Indo-Pacífico como “estável e próspera” (Austrália), “inclusiva” (Índia), “focada na presença local” (França) ou “conectada e competitiva” (Alemanha). Em contraste, os Estados Unidos e seus aliados enfatizam o conceito de uma região Indo-Pacífico Livre e Aberta (FOIP), enquanto a China ignora todos esses conceitos estrangeiros como uma mera “espuma de onda”.¹⁶

Desde que declarou sua independência em 1818, o Chile busca estabelecer-se como uma potência naval dominante no Pacífico Sul. Essa busca moldou o entendimento particular dos espaços oceânicos por parte do Chile, parcialmente impulsionado pela ausência de vizinhos marítimos.¹⁷ Essa ideologia, profundamente arraigada na sociedade chilena, transcendeu os partidos políticos e foi acolhida pelos fundadores, oficiais navais, políticos e intelectuais do país, como evidenciado pelo fato de sempre fazerem referência ao Oceano Pacífico.

No decorrer do século 20, o Chile obteve conquistas e retrocessos ao tentar solidificar sua posição tri continental. Essa posição englobava uma presença contínua dentro de uma área triangular definida pela fronteira norte do Chile na América do Sul, o Polo Sul na Antártida, e a Ilha de Páscoa, bem como as áreas

marítimas próximas, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).

Porém, após uma decisão desfavorável do Tribunal Internacional de Justiça em 2014, os políticos chilenos reconheceram a necessidade de uma mudança estratégica. De repente, simplesmente manter uma presença nos espaços marítimos deixou de ser suficiente. O segredo agora estava na capacidade de projetar o poder do Estado até as profundezas dos Oceanos Pacífico e Índico. Assim, pelo menos em termos de narrativa, o Chile começou a contemplar um conceito de região Indo-Pacífico como forma de adaptar-se à sua nova realidade.

A região Indo-Pacífico não é um conceito meramente biológico, geográfico ou espacial; ele advém de uma abordagem da geopolítica crítica e reflete uma terminologia construída e alinhada a ideias políticas específicas. Do ponto de vista ontológico, o próprio nome usado para referir-se a esse espaço já foi influenciado por pautas geopolíticas e sociais. Embora se possa presumir que a região Indo-Pacífico englobe o Oceano Pacífico, o Oceano Índico e as nações ao redor dessa região, cada país tem sua forma de interpretar e adotar o termo. Cada ator utiliza um conceito flexível para definir o escopo e o alcance geopolíticos da terminologia, resultando em discrepâncias entre os países e até entre as definições de um mesmo país que mudam com o passar do tempo ou ao interagir com atores diferentes. Com base nisso, onde se encaixa o Litoral Pacífico das Américas?

Envolvimento crescente do Chile com a região Indo-Pacífico

O Chile, localizado na América do Sul, tem aumentado ativamente sua presença na região Indo-Pacífico nos últimos anos. Como muito países do mundo todo, o Chile reconhece a importância estratégica da região Indo-Pacífico e tomou medidas para interagir com a região. A posição do Chile no Indo-Pacífico é influenciada por diversos fatores, inclusive sua localização geográfica, seus interesses econômicos e suas relações políticas com outros países da região.

A localização geográfica do Chile proporciona ao país uma vantagem comercial considerável, graças ao acesso conveniente à região Ásia-Pacífico.¹⁸ O Chile já participou ativamente dos esforços de integração econômica da região, como a Parceria Transpacífico (TPP), que evoluiu para o Acordo Abrangente e Progressivo da Parceria Transpacífico (CPTPP), ratificado pelo Congresso Chileno em 2022. Esse acordo envolve países como Japão, Austrália e Nova Zelândia, concedendo ao Chile acesso a um vasto mercado na região Ásia-Pacífico. Além disso, o Chile assinou acordos de livre comércio com vários países da região, como China, Coreia do Sul e Japão, fortalecendo ainda mais seus laços econômicos com a região Indo-Pacífico.¹⁹

O Chile deu passos pontuais no sentido de liderar a América do Sul na abertura de rotas comerciais com a região Ásia-Pacífico, sendo a Aliança do Pacífico uma iniciativa significativa que reúne o México, a Colômbia, o Peru e o Chile nessa interação com a região.²⁰ A Aliança, cujo principal objetivo é apresentar um fronte unificado para interagir com as grandes economias do Círculo do Pacífico, obteve um progresso lento em decorrência da instabilidade interna dos países latino-americanos nos últimos anos. Isso inclui eventos como as demonstrações populares que ocorreram no Chile em 2019 e a crise democrática no Peru em 2022.

Desde 1980, o Chile tem envidado esforços políticos e diplomáticos de forma consistente para fazer parte do Círculo do Pacífico. O país participou de conversas contínuas com as nações do Pacífico, resultando no estabelecimento da Fundação Chilena do Pacífico e no envolvimento gradual nos mecanismos diplomáticos e econômicos da região, como o Conselho Econômico da Bacia do Pacífico e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC).²¹

No entanto, a APEC, sendo o principal fórum de debate, enfrenta desafios tanto internos quanto externos. Sua pauta de debate sem substância compromete sua eficácia, e a dificuldade de atingir um consenso prejudica seu funcionamento. Além disso, uma quantidade crescente de iniciativas lideradas pelas potências da região Ásia-Pacífico fora do escopo do conselho também compromete a relevância da APEC.

O Chile tem buscado ativamente uma visão holística do Pacífico que se estenda além do comércio e da geopolítica, priorizando a conservação do meio ambiente e da vida marinha, além de promover a cooperação multilateral. O país sediou eventos importantes, como a Conferência dos Oceanos (2015), a Cúpula da APEC (2019), a COP-26 (2019) e a Conferência do Plano de Adaptação Nacional das Nações Unidas (2023). Sob liderança das forças armadas, o Chile está formulando ativamente um modelo de desenvolvimento que incorpore a importância do Oceano Pacífico. Publicações como o *White Book* de Defesa de 2017, a Política Oceânica do Chile de 2018, a Política de Defesa de 2020 e o Programa Oceânico Nacional de 2023 demonstram que o Chile está dedicado a superar os modelos tradicionais.

O Chile, porém, não participa da Estrutura Econômica para a Prosperidade do Indo-Pacífico (IPEF), uma organização multilateral que reúne os 14 principais países da região. A IPEF baseia-se em quatro alicerces: livre comércio, segurança das cadeias de suprimentos, economia limpa e economia justa.

Sendo o único país sul-americano em uma situação geográfica verdadeiramente tri continental, com a Ilha de Páscoa ocupando a posição mais a oeste na Polinésia, o Chile enfrenta diversos desafios e problemas nos espaços marítimos do Pacífico. Por exemplo, a exploração das linhas de comunicações marítimas (SLOC) pelo

crime organizado para realizar atividades ilícitas, como pirataria, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. O Chile também lida com receios relacionados à poluição em espaços fluidos, além do problema das atividades de pesca ilegal, não regulamentada e não declarada (IUUF), principalmente no que diz respeito a espécies migratórias de peixes nos termos do Acordo de Nova York. O Chile também se comprometeu a respeitar a zona livre de armas nucleares estabelecida pelo Tratado de Pelindaba. Esses desafios realçam as complexidades que o Chile precisa encarar.

Adicionalmente, existe o potencial de diálogos bilaterais com outros países em áreas como energia geotérmica com as Filipinas ou um maior envolvimento com as Ilhas do Pacífico, oferecendo novos canais de prospecção e cooperação.

Aproximadamente 60% dos bens exportados pelo Chile são enviados à região Ásia-Pacífico, dos quais 90% são transportados por via marítima.²² A posição do Chile na região Indo-Pacífico é influenciada por suas relações políticas com os outros países da região. O Chile mantém laços diplomáticos fortes com a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão, fortalecidos ainda mais por meio de visitas de alto escalão, trocas diplomáticas e participação em organizações regionais, com o Fórum da APEC.²³

Nos últimos anos, o Chile tem aumentado ativamente sua participação militar na região Indo-Pacífico. Isso inclui a participação do país em exercícios militares conjuntos com os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Coreia do Sul. Além disso, a Marinha Chilena mobilizou suas embarcações como parte de forças-tarefa multinacionais no Mar da China Meridional. O Chile desenvolveu uma Marinha de porte médio com capacidade de atuação em alto-mar, além de contar com a força aérea mais forte da América Latina. O país segue as normas da OTAN relativas a treinamentos e equipamentos, garantindo sua prontidão para enfrentar desafios multinacionais, se necessário. Essas considerações militares demonstram que o Chile reconhece a importância estratégica da região Indo-Pacífico e está determinado a assumir um papel mais ativo na segurança regional.²⁴

Apesar de sua presença crescente no Indo-Pacífico, o Chile enfrenta vários desafios na região. Um dos principais desafios é a competição entre as grandes potências, como os Estados Unidos, a China e a Índia, que resultou em tensões e instabilidade. O Chile busca manter uma posição neutra nessa competição, equilibrando cuidadosamente suas relações com essas grandes potências para evitar envolver-se em conflitos geopolíticos.²⁵

Como muitos países da América Latina, o Chile tem uma parceria econômica forte com a China, embora também mantenha uma posição estratégica alinhada aos Estados Unidos. Em 2022, as exportações do Chile para a China aumentaram 5,3%, superando o crescimento geral das exportações, que ficou em 3%²⁶. A participação da China nas exportações chilenas cresceu de 24,8% em 2013 para 39,4%

em 2022, com um volume total de vendas à China que chegou a USD 38,447 milhões. Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro econômico do Chile, com um total de vendas de USD 13,587 milhões, representando um terço do mercado chinês.²⁷ Em termos de importações, a China é responsável por 30,9% do volume total, enquanto 17,8% vêm dos EUA.²⁸ Apesar da dependência econômica, o Chile mantém uma posição estratégica alinhada aos Estados Unidos e enraizada em um compromisso com os valores democráticos, integração econômica, mercados abertos e uma maior cooperação em áreas como tecnologia, energia, educação, comunicações de quinta geração e mitigação dos desafios globais associados à segurança e ao desenvolvimento.²⁹

Outro desafio que o Chile precisa enfrentar é a falta de infraestrutura e conectividade entre a América do Sul e a região Indo-Pacífico. Essa limitação impede que o Chile tire máximo proveito de sua posição geográfica e expanda seus laços econômicos com a região.³⁰ Também é um elemento-chave para o Chile alcançar a posição geopolítica que sempre quis de centro logístico na América do Sul.³¹ O Chile também enfrenta a competição decorrente de projetos desenvolvidos por seus concorrentes, como o projeto conjunto entre a China e o Peru para construir um megaporto em Chancay, bem como o desejo de construir uma alternativa ao Canal do Panamá na Nicarágua.³² No entanto, o Chile vem enfrentando ativamente esse desafio por meio de iniciativas como o Trem Bioceânico. Essa iniciativa foca-se em aprimorar a conectividade entre a América Latina e a região Ásia-Pacífico, aproveitando os portos chilenos e desenvolvendo uma infraestrutura de transporte e logística.³³ Se o Chile quiser se desenvolver como um centro logístico para a economia sul-americana, será necessário estabelecer uma parceria público-privada (PPP) duradoura. Essa parceria será crucial, considerando-se os prazos apertados para o desenvolvimento de energia e infraestrutura, que são essenciais para manter uma vantagem competitiva sobre os rivais.

O Chile também enfrenta desafios relacionados à Índia. O governo dos EUA ampliou o escopo da competição estratégica para englobar toda a região Indo-Pacífico. Até 2020, a estratégia do Chile focava-se principalmente na região Ásia-Pacífico, mas a pandemia e a “diplomacia de vacinas” da Índia revelou que era um parceiro em potencial interessante para o Chile.³⁴ O comércio entre os dois países apresenta um crescimento sustentado desde 2020, com um aumento de 5% entre 2015 e 2019.³⁵ De acordo com o Chile, “a Índia foi crescendo cada vez mais em importância para o comércio chileno, tendo emergido como um dos principais atores na economia global, exibindo um crescimento e uma estabilidade institucional dinâmicos, e atingindo a posição de terceira maior potência econômica da Ásia e quinta maior do mundo”.³⁶ A Índia, com sua política exterior desalinhada com a China e os EUA, está emergindo como uma nova força em um cenário

global que já está mudando.³⁷ Para o Chile, ela adiciona uma variável a um contexto já disputado, principalmente ao tentar assumir uma posição neutra em meio a essa concorrência intensa entre as grandes potências.

Embora o Chile tenha expressado que está disposto a interagir com a região Indo-Pacífico, sua estratégia política parece enfrentar limitações quando tenta passar do Estreito de Malaca. Seja em um âmbito bilateral ou dentro de instituições multilaterais, a presença do Chile na Bacia Indiana tem sido irrisória, transformando o país em um ator insignificante na região. Nem mesmo a expansão do Acordo de Livre Comércio de 2006 com a Índia em 2017 conseguiu propiciar uma influência cultural, política ou de segurança mais profunda, impedindo a adoção de uma posição estratégica mais favorável na ordem mundial em constante evolução.

O cenário atual, com o principal parceiro econômico do Chile envolvido em uma disputa fria com seu maior parceiro estratégico, está longe do ideal. O envolvimento da Índia como um país em rápido crescimento, junto com as potências medianas, como a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão e a República da Coreia, adiciona complexidade à interação do Chile com a região Indo-Pacífico. Em meio a essa competição entre as grandes potências, o Chile precisa navegar pelas águas do Pacífico com sabedoria para mitigar os riscos. Porém, é importante ressaltar que, quando se tem muito a perder, as recompensas também podem ser consideráveis.

Dadas as circunstâncias, torna-se evidente que ações, não só meras palavras, precisam ser tomadas para resguardar os interesses do Chile no Pacífico. Isso envolve interagir eficazmente com as potências mundiais e garantir uma posição favorável que traga o melhor resultado possível para o povo chileno, permitindo que colha os benefícios de um mundo globalizado.

Conclusão

Em suma, a localização geográfica, os interesses econômicos e as relações políticas do Chile com outros países moldam sua posição na região Indo-Pacífico. Embora o Chile tenha avançado bastante sua presença na região, ainda enfrenta desafios, incluindo tensões geopolíticas e uma falta de conectividade. No entanto, o envolvimento crescente do Chile com a região Indo-Pacífico demonstra que o país reconhece a importância estratégica da região e deseja desempenhar um papel ativo no sentido de moldar seu futuro. No século 21, a capacidade de projetar ações políticas para incluir os espaços marítimos, principalmente na região Indo-Pacífico, é a chave que desbloqueia o desenvolvimento geopolítico. O Chile está diante de uma tarefa crucial: definir o papel que deseja assumir no Século do Pacífico. Diferentemente de outros aspirantes a potências regionais, como o Brasil e a Argentina, o Chile está bem posicionado para ir muito além de ser um mero espectador.³⁸

Vários desafios do século 21 provêm dos espaços marítimos que se estendem além do escopo da soberania definido pela Convenção da ONU sobre o Direito do Mar (UNCLOS). O Chile precisa decidir se prefere liderar a resposta a esses problemas ou deixar que outros países tomem iniciativa. O Chile assumirá os benefícios, custos e responsabilidades de ser uma potência mediana na região Ásia-Pacífico? Com o advento de potências em uma região inerentemente instável, alguns papéis podem ser representados pelos Estados Unidos, China e Índia, bem como por potências medianas, ONGs, organizações multilaterais, atores informais, empresas multinacionais e entidades privadas. A participação ativa do Chile e um entendimento mais aprofundado dos acordos políticos de longo prazo são necessários para que seja considerado um ator relevante e aproveite as oportunidades trazidas pelo Século do Pacífico. Como ilustrado pela história no início do artigo, o Chile pode optar por ser uma ave ou um suíno, ou seja, meramente se envolver ou realmente participar do conceito de Indo-Pacífico. Não tomar uma decisão pode resultar em uma oportunidade perdida de desenvolvimento e bem-estar para os chilenos. □

Notas

1. Robert Gilpin, *War and Change in the World Politics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), 93.
2. Edward A. Thibault, "Thucydides on the Influence of Sea Power," *Naval War College Review* 25, n.º 4 (março-abril de 1973), 32.
3. John Hyland, "The Aftermath of Aegospotami and the decline of Spartan Naval Power," *Ancient History Bulletin* 33, n.º 1-2 (2019), 19.
4. William C. Kirby, "A Note on the 40th Anniversary of Nixon's Visit to China," *Cross-Currents: East Asian History and Culture Review E-Journal* 2 (março de 2012), 1.
5. Thomas Wilkins, "The new 'Pacific Century' and the rise of China: an international relations perspective," *Australian Journal of International Affairs* 64, n.º 4 (agosto de 2010): 381-405, <https://doi.org/>.
6. Kimberley Anh Thomas, "International rivers as border infrastructures: En/forcing borders in South Asia," *Political Geography* 89 (2021): 1-10, <https://doi.org/>.
7. Mark D. Spalding et al., "Marine ecoregions of the world: a bioregionalization of coastal and shelf areas," *BioScience* 7, n.º 57 (julho de 2007): 573-83.
8. Rebin Fard, "Towards a New Concept of Constructivist Geopolitics Bridging Classical and Critical Geopolitics," *Central European Journal of International and Security Studies* 15, n.º 1 (2021): 26-57, <https://doi.org/>.
9. Hans W. Weigert, "Review: Haushofer and the Pacific," *Foreign Affairs* 20, n.º 4 (julho de 1942): 732-42.
10. Hansong Li, "The 'Indo-Pacific': Intellectual Origins and International Visions in Global Contexts," *Modern Intellectual History* 19 (2021): 1-27; Karl Haushofer, *Geopolitik des Pazifischen*

Oceans: Studien über die Wechselbeziehungen zwischen Geographie und Geschichte (Berlim: Vero Verlag GmbH & Co.KG, 2014), 274–80; e Gurpreet S. Khurana, “The ‘Indo-Pacific’ Idea: Origins, Conceptualizations and the Way Ahead,” *Journal of Indian Ocean Rim Studies* 2, n.º 2 (outubro-dezembro de 2019), 58–59.

11. Eric Frécon, “France’s ‘Third Path’ for the Indo-Pacific?: Credentials and Challenges,” *Perspective* 2022, n.º 22 (15 de fevereiro de 2022), 2, <https://www.iseas.edu.sg/>.

12. Michael Richardson, “Australia–Southeast Asia relations and the East Asian Summit,” *Australian Journal of International Affairs* 59, n.º 3 (2005): 351–65.

13. Gurpreet S. Khurana, “Security of Sea Lines: Prospects for India–Japan Cooperation,” *Strategic Analysis* 31, n.º 1 (2007): 139–53.

14. Paul Eckert. “Clinton declares ‘America’s Pacific century’,” *Reuters*, 11 de novembro de 2011, <https://www.reuters.com/>; e Hillary Clinton, “America’s Pacific Century,” *Foreign Policy* 189 (11 de outubro de 2011), <https://foreignpolicy.com/>.

15. *Defence White Paper 2013* (Camberra: Departamento de Defesa, 12 de maio de 2013), <https://www.globalsecurity.org/>.

16. Juan Pablo Toro, “La emergencia del Indo-Pacífico: Nuevas narrativas para la competencia estratégica,” *AthenaLab*, 2020, <https://athenalab.org/>.

17. R. Ortega, “Regímenes Internacionales de Cooperación y Construcción de Espacios Marítimos,” Instituto de Estudios Avanzados Universidad de Santiago de Chile, 2017.

18. *Política Oceánica Nacional de Chile* (Santiago: Governo do Chile, 2021), <https://www.acanav.cl/>.

19. Andrés Serbin, “El Indo-Pacífico y América Latina en el marco de la disputa geoestratégica entre los Estados Unidos y China,” *Documento de Trabajo* 45 (2021), <https://www.fundacioncarolina.es/>.

20. Jaime R. Gallegos Zúñiga, “La Alianza del Pacífico, aspectos jurídicos organizacionales y de su sistema de solución de controversias,” *Estudios Internacionales* 51, n.º 194 (2019): 75–94, <https://www.scielo.cl/>.

21. Rodolfo Codina Díaz, “La APEC y sus Efectos para Chile: Visión estratégica institucional de la Armada,” *Revista de Marina* 2 (2004): 1–9, <https://revistamarina.cl/>.

22. *Estadísticas del Mercado de Valores de Renta Fija e Intermediación Financiera: Resultados al cierre del año 2022* (Santiago: Banco Central do Chile, 9 de abril de 2023), <https://www.bcentral.cl/>; e Gustavo Jordán Astaburuaga, “¿Cuán Dependiente Será Chile del Transporte Marítimo a Fines del Siglo XXI?,” *Revista de Marina* 136, n.º 970 (25 de junho de 2019), 24–33, <https://revistamarina.cl/>.

23. Manfred Wilhelmy, “La trayectoria de Chile frente a la región Asia-Pacífico,” *Estudios Internacionales* 43, n.º 167 (setembro-dezembro de 2010): 125–41, <https://www.jstor.org/>; Manfred Wilhelmy, “Chile y el regionalismo de Asia-Pacífico,” Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, “Foro de Altos Estudios Sociales de Valparaíso, 26 de julho de 2017, <http://www.forovalparaiso.cl/>; e Alejandro Corvalán, “La APEC 2019 y los desafíos de la política comercial de Chile,” *Cuaderno XXI Desafíos de APEC* 21 (abril de 2019): 25–45.

24. *Política de Defensa Nacional de Chile 2020* (Santiago: Governo do Chile, 2020), 24–27; e *Libro de Defensa Nacional de Chile 2017* (Santiago: Governo do Chile, 2017), 158–59.

25. Bruce Gilley, “Middle powers during great power transitions: China’s rise and the future of Canada-US relations,” *International Journal* 66, n.º 2 (primavera de 2011): 245–64, <https://www.jstor.org/>.

26. Victor Cofré, “China sigue aumentando su peso en las exportaciones chilenas: ya captura el 39, 4%,” *La Tercera*, 23 de fevereiro de 2023, <https://www.latercera.com/>.
27. Cofré, “China sigue aumentando su peso.”
28. “Chile,” Observatory of Economic Complexity, 4 de abril de 2023, <https://oec.world/>.
29. Sebastián Sáez and Juan Gabreal Valdés, “Chile y su política comercial ‘lateral’,” *Revista CEPAL* 67 (abril de 1999): 81–94, <http://repositorio.cepal.org/>; Andrea Vargas Cárdenas, “El Despliegue de la Tecnología 5G como Estrategia de Poder Global,” *Asesoría Técnica Parlamentaria* (agosto de 2020), <https://obtienearchivo.bcn.cl/>; e Luis Alejandro Ramos Loo, “Chile en El Indo-Pacífico: Inserción Integral Mediante la Seguridad Internacional,” *Revista de Marina Escenarios de Actualidad*, 11 de março de 2021, <https://revistamarina.cl/>.
30. Nicole Jenne, “Bridging the Pacific Ocean?: Tactical Maneuvering Instead of Grand Strategy in Chile’s Foreign Policy toward Southeast Asia,” *Asian Politics and Policy* 12, n.º 2 (abril de 2020): 106–26, <https://doi.org/>.
31. Wilhelmy, “La trayectoria de Chile frente a la región Asia-Pacífico.”
32. Arias Mendoza et al., “Análisis comparativo del nuevo proyecto canal de Nicaragua frente al actual Canal de Panamá: beneficio económico e impacto en el comercio internacional del Perú” (tese, Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas, fevereiro de 2017), <https://repositorioacademico.upc.edu.pe/>; e Ignacio Mardones, *Puerto Chancay en Perú y su Impacto Geopolítico en Chile*, Documento de Trabajo N°15 (Santiago: AthenaLab, março de 2022, <https://athenalab.org/>.
33. Jaime Quintana, “Corredor Bioceánico: una gran oportunidad de desarrollo para Chile,” *Columna de Opinión*, 7 de junho de 2022, <https://www.senado.cl/>.
34. The Economist Intelligence Unit, “What next for vaccine diplomacy?,” *The Economist*, n.d., <https://www.eiu.com/>.
35. *Estudio Chile–India* (Santiago: Subsecretaria de Relaciones Económicas Internacionais, Governo do Chile, 20 de abril de 2021), <https://www.subrei.gob.cl/>; “India Exports to Chile,” *Trading Economics*, 2023, <https://tradingeconomics.com/>; e “Chile Exports to India,” *Trading Economics*, 2023, <https://tradingeconomics.com/>.
36. *Balance de Gestión Integral: Año 2021* (Santiago: Subsecretaria de Relaciones Económicas Internacionais, Governo do Chile, 2022), <https://www.dipres.gob.cl/>.
37. Robert Stewart-Ingersoll e Derrick V. Frazier, “Geopolitics for India,” em *Handbook of India’s International Relations*, ed. David Scott (London: Routledge, 2011), 35–44.
38. Francois Vrey, “A Blue BRICS, Maritime Security, and the South Atlantic,” *Contexto Internacional* 39, n.º 2 (maio/agosto de 2017): 351–71; e César Ross, “Chile y el Asia Pacífico: La Construcción Histórica del Futuro,” *Si Somos Americanos, Revista de Estudios Transfronterizos* 9, N.º 1 (2007): 109–40.

Pablo Macchiavello Poblete

O Sr. Macchiavello é mestre em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, Chile, e doutorando em estudos americanos pela Universidade de Santiago (USACH), Chile.